

1 **SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**

2 **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL**

3

4 **ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
5 **POLÍTICA CULTURAL**

6

7 Secretário Adjunto João Miguel justifica ausência do Secretário Angelo.  
8 Apresentação do novo membro representante da UFMG Rodrigo Vivas.  
9 Agradecimentos à Prof<sup>a</sup> Leda, sugestão de moção. Visita de Loli artesã de  
10 Guaranésia ao Consec – ecojóias. Aprovação da Ata. Aprovação de Pauta:  
11 Sistema Estadual de Cultura apresentação Felipe Amado. Processo de  
12 Regulamentação 03 etapas: Sistema de Fomento, Lei Cultura viva, Lei do  
13 Sistema. Discussão sobre o Programa Música Minas – Apresentação Marco  
14 Túlio. Resultado audiência Lei do ICMS. Lei do Circo apresentação  
15 Fernando Pimenta. Programa + Artesanato Pedro Leão. Plano Estadual de  
16 Cultura Ações do 1º ano. Encaminhamentos de requerimento das Câmaras  
17 Temáticas, pelo Secretário Adjunto: Regimento Interno do Consec –  
18 Protagonismo da Sociedade Civil e Protagonismo do Vice-presidente do  
19 Consec. Consolidar no Regimento. Votar na próxima reunião. Reuniões em  
20 variados equipamentos culturais da SEC – visitas guiadas. Inversão de  
21 pauta: Informes. Cacilda – Convite Lançamento de Livros – Cento Cultural  
22 de Guaranésia Pedço de Minas que fala UAI e Bens Culturais de  
23 Guaranésia; Sula – alvará de funcionamento antecipado exigido pela  
24 Cemig antes da montagem dos circos – Diálogo para esclarecimento do  
25 que é via pública. Solicita ofício da Cemig para os municípios instruindo os  
26 agentes. Secretário Angelo está em conversa com a Cemig esclarecendo a  
27 política voltada ao circo pela SEC e a importante contribuição da Cemig.  
28 Magdalena Rodrigues – ADPF 293. Decreto para fazer a captação da Lei de  
29 Incentivo, Plano Estadual de Cultura- concretização e efetividade das  
30 ações por todos os envolvidos das áreas artística e cultural. Rodrigo  
31 Cezário – Convênio OSCIP e FCS – proposta de debate na Câmara de  
32 Fomento, Estado Sustentável. Lançamento do Selo Institucional BH capital  
33 da moda conquista do setor. Novo presidente da Fiemg pode contribuir  
34 com a Frente Mineira da Moda. Regina Amaral – Convênio da APPA com a  
35 FCS – proposta de debate na Câmara de Fomento. Jeferson- chama  
36 atenção sobre a divulgação da Pampulha como Patrimônio da  
37 Humanidade e o descaso do poder público. Relata que a Grécia está se

38 reerguendo por meio da cultura. Eduardo-Seplag – realidade do Estado.  
39 Receita teve avanço significativo. O Estado está cumprindo a meta. As  
40 despesas são constitucionais e não podem ser cortadas. Fontes tributarias  
41 concentradas na União. Cultura teve muitos avanços 0,30% para o  
42 financiamento. Jotaerre – questão de ordem – limitar as falas para 2'. Sula  
43 – Acordo Brasil/Grécia/ 2003 solicita resgate do acordo à embaixada.  
44 Apresentação da equipe da Rede Minas – Boas Vindas ao Conselho.  
45 Programa Musica Minas – Marco Túlio – Ênio da Câmara de Formação,  
46 Democratização, Regionalização e Acesso e Câmara de Fomento e  
47 Mecanismo de Participação, representação da música. O Fórum da Música  
48 reivindica maior participação da sociedade civil. Ouvir para fazer a ponte  
49 com o segmento. Apresentação do vídeo com os músicos que  
50 participaram do programa. Avanço: Presença do movimento hip-hop,  
51 avaliação do programa está sendo realizada. Residências Artísticas. Países  
52 visitados pelos músicos contemplados. Participação da sociedade civil na  
53 comissão de seleção. Esclarecimento do Secretário Adjunto sobre a  
54 vinculação dos programas ao PPAG. Já há previsão do Programa para o  
55 ano de 2019. Secretário Angelo Oswaldo dá as boas-vindas ao Consec.  
56 Agradece aos organizadores da Reunião e traz informações sobre a  
57 Semana de Museus e os Museus de Minas. Convida a todos para a  
58 inauguração do Museu Casa de Alphonsus de Guimaraens em Mariana.  
59 Secretário Angelo faz um balanço dos avanços da gestão, ressalta as  
60 principais mudanças na Lei de Fomento e Incentivo – A desconcentração,  
61 descentralização, democratização do acesso e o fortalecimento do FEC. O  
62 primeiro edital previsto contemplará o segmento da dança. A criação da  
63 Câmara de Audiovisual, a reabilitação do Cena Minas. A participação  
64 social por meio dos conselhos e representações dos segmentos.  
65 Valorização da cultura como qualidade de vida e desenvolvimento social.  
66 Manutenção da orquestra filarmônica, das demais orquestras e bandas de  
67 Minas. Apresentação do Superintendente de Fomento Felipe Amado  
68 sobre a revisão da Legislação de Fomento e Incentivo à Cultura, processo  
69 de participação, reflexão e discussão. Esclarecimentos sobre o processo. A  
70 lei 22.944/2017 trata do Sistema Estadual de Cultura e será  
71 regulamentada em três decretos. O primeiro é do Sistema de  
72 Financiamento, o segundo do Sistema Estadual como um todo incluindo o  
73 Plano Estadual de Cultura. O terceiro é o da Lei Cultura Viva. Mudanças:  
74 Comissão única para deliberar sobre os processos de análise e também a  
75 possibilidade de remuneração. Fundo fica com 35% da renúncia fiscal.

76 Fundo atenderá áreas e regiões específicas. Lei de incentivo, mudança nas  
77 contrapartidas o interior terá a menor contrapartida. Contrapartida pelo  
78 porte das empresas e perfis dos projetos. Fluxo contínuo para inscrição de  
79 projetos. Prazo para captação de 24 meses e projetos de manutenção de  
80 36 meses. Adaptação da plataforma para inscrições de pessoa física.  
81 Preparação para treinamentos de todos os envolvidos. Participação de  
82 Fernando Pimenta do IEPHA. Diretor de Promoção do Iepha – Lei do ICMS  
83 solidário volume no site da Almg para conhecer análise da Lei – CAP. 08.  
84 Lei 18030 – 2015 proposta de modificação da Lei incluindo municípios que  
85 não eram cadastrados mas que tem bens protegidos em esferas federal ou  
86 estadual. Proposta foi encaminhada à ALMG. PL 4773/2017: em março de  
87 2018 audiência decidiu manter o 01% de 25% ICMS do patrimônio. Quem  
88 decide o que é patrimônio é a sociedade civil organizada. Nova  
89 deliberação normativa a partir de 2016. 723 conselhos. 731 municípios  
90 participam do programa. Base de Patrimônio cultura. Rodadas de  
91 patrimônio. Principais demandas: sistema online, estruturação dos setores  
92 municipais e diminuição da burocracia. Lei da promoção da família  
93 circense pontuando o ICMS: município que tem uma legislação voltada à  
94 família circense. Grupo de cultura tradicional. Circos itinerantes. Acesso  
95 aos serviços públicos. Ponto de contato: [icms@iepha.mg.gov.br](mailto:icms@iepha.mg.gov.br) Registrar  
96 a importância das contribuições da Sula como representante do circo. Sula  
97 pede ajuda na divulgação e pede resgate a campanha da Lei Estadual do  
98 Circo. Gildásio da Fucam e da Sedese agradece ao IEPHA o tombamento  
99 da instituição Escola de Aprendiz de Marinheiros antigo prédio da Fucam.  
100 Área de 7.000m. Folder eletrônico com orientação para os municípios  
101 sobre a criação da Lei do Circo. Luiza presidente da Rede Minas acolhe os  
102 conselheiros e apresenta algumas mudanças na programação que  
103 contemplam a participação da sociedade civil. Secretário de  
104 Desenvolvimento Integrado Pedro Leão apresenta o Programa +  
105 Artesanato (500.000 artesãos em Minas segundo o SEBRAE), o Plano  
106 Mineiro de Artesanato, histórico do PAB – Programa do Artesanato  
107 Brasileiro, cadeia produtiva, GT do Artesanato, reuniões públicas nos  
108 territórios, carteira do artesão, mutirões, 6.000 carteiras, Sala Mineira do  
109 Artesão: Ouro Preto, São João Del Rei e Araçuaí, as parcerias com Sebrae,  
110 Jucemg, Emater e outros. 5 GTs: Legislação, Salvaguarda, Legislação e  
111 Políticas, Desenvolvimento e Comercialização; Edital da Codemig,  
112 Programa com os mestres parceria com as Universidades, depoimento de  
113 artesã Loli, convidada a participar da reunião. Chama atenção para a

114 inclusão da região da Mogiana, o re-uso do material, artesanaria reversa.  
115 Inclusão da cadeira de Artesanato no Consec. Medalha da Inconfidência  
116 contemplou 05 artesãos. Portal do Artesanato Mineiro, Plano Mineiro,  
117 Qualificação, mapeamento, ações pontuais, preconceito. Núcleos  
118 prisionais. Mapeamento dos mestres, registro áudio visual, critérios para o  
119 reconhecimento e certificação, Lei do Patrimônio Vivo, FEC – Pessoa  
120 Física, Lei Cultura Viva. Audiência pública sobre o Plano Mineiro. O  
121 conselheiro Jotaerre chama atenção para as iniciativas da OSC Vale Mais  
122 no campo do artesanato e propõe a construção do Plano Setorial do  
123 Artesanato Mineiro. Rodrigo Cezário chama atenção para valorização do  
124 artesão no campo do Design e da Moda. Xisto ressalta a importância dos  
125 Planos Setoriais em todas as áreas. João Miguel chama atenção para os  
126 Planos que já estão em andamento: PL do Plano Setorial do Livro, Leitura  
127 Literatura e Bibliotecas, PL do Audiovisual. Participação do Conselho na  
128 construção dos Editais. Definição do cronograma de reuniões: 25ª nos dias  
129 01 e 02 de agosto, escolha da comissão eleitoral, processo de recondução  
130 de conselheiros e aprovação do cronograma; 26ª nos dias 05 e 06 de  
131 dezembro. Eleições do dia 26 ao dia 30 de novembro. Proposta de pauta  
132 para a 25ª reunião: Regimento Interno, apresentação das propostas,  
133 Eleições, Regulamentação e Monitoramento do Plano Estadual de Cultura.  
134 Definição das coordenações das Câmaras Temáticas. A Vice-presidente do  
135 Conselho Magdalena Rodrigues solicita a aprovação de todos os presentes  
136 para encaminhamento de Moção de repúdio à ADPF 293 que questiona a  
137 Lei 6533/78 que regulamentou há 40 anos o exercício profissional de  
138 artistas e técnicos. A ADPF acusa o mecanismo legal de cercear a liberdade  
139 de expressão quando pede diploma de curso superior ou técnico ou  
140 atestado de capacitação para registro profissional no Ministério do  
141 Trabalho como condição para o exercício das profissões de artista e  
142 técnico em espetáculos de diversões e se acatada poderá extinguir  
143 o Registro Profissional destas categorias e desregulamentar a profissão. A  
144 moção foi aprovada por todos. No dia 24 de maio, os representantes das  
145 Câmaras Técnicas reuniram-se para responder aos requerimentos  
146 apresentados e as propostas estão em Nota Técnica que virá anexada a  
147 esta ata juntamente com a lista de presença.

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157